



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 05/04/2023 16:26:09.567 - CREDN

REQ n.18/2023

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO N.º ___, de 2023

(Da Sra. Fernanda Melchionna e do Sr. Glauber Braga)

Requer a realização de audiência pública para discutir acerca do sistema de proteção social dos militares e os efeitos da Lei nº 13954/2019.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos dos artigos 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para discutir acerca do sistema de proteção social dos militares brasileiros e os efeitos da Lei nº 13954/2019. Para tanto, sugerem-se os seguintes convidados:

1. **José Múcio Monteiro Filho** – Ministro de Estado da Defesa;
2. **Vanderley Carlos Gonçalves** – Diretor da Associação dos Militares das Forças Armadas do Estado de São Paulo;
3. **Cláudio Lino** – Representante do Instituto Brasileiro de Análise de Legislações Militares (IBALM);
4. **Jéssica Rocha** – Especialista em Práticas Jurídicas (Pensionistas);
5. **George Brito** – Representante do Sindicato dos Militares Reformados

JUSTIFICAÇÃO

O governo de Jair Bolsonaro, um desastre sem precedentes desde a redemocratização, aprofundou desigualdades em basicamente todos os setores da sociedade. Nem mesmo entre os militares, público destinatário de diversas benesses durante os últimos quatro anos, o tratamento foi igualitário.

Enquanto as altas patentes das Forças Armadas foram agraciadas com cargos e diversos benefícios, o que levou o último governo a ser o que mais possuía militares em cargos civis, os militares de menor graduação e os temporários foram severamente



Palácio do Congresso Nacional
Câmara dos Deputados

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238977849900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

prejudicados, fundamentalmente a partir da reforma do sistema de proteção promovida pelo governo Bolsonaro.

Em dezembro de 2019, entrou em vigor a Lei nº 13954/2019 que altera diversos dispositivos que, dentre outras coisas, regulam o sistema de previdência dos militares. De acordo com a lei, há aumento de alíquota de contribuição, redução no rol de dependentes e dificuldades no reconhecimento dos cursos realizados.

Tais consequências trouxeram diversos impactos negativos para a família militar, principalmente para veteranos, temporários e pensionistas. Ademais, esta legislação é discriminatória, pois atenta contra diversos Tratados Internacionais dos quais o Brasil é signatário, especialmente a Convenção Americana de Direitos Humanos.

Sendo assim, considerando a importância da temática, solicitamos o apoio dos nobres pares para aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, de abril de 2023.

Deputada **FERNANDA MELCHIONNA**
PSOL/RS

Deputado **GLAUBER BRAGA**
PSOL/RJ

Apresentação: 05/04/2023 16:26:09 - CREDN

REQ n.18/2023



* C D 2 3 3 8 9 7 7 8 4 9 9 0 0 * LexEdit

*Palácio do Congresso Nacional
Câmara dos Deputados*

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238977849900>





Requerimento (Da Sra. Fernanda Melchionna)

Requer a realização de audiência pública para discutir acerca do sistema de proteção social dos militares e os efeitos da Lei nº 13954/2019.

Assinaram eletronicamente o documento CD238977849900, nesta ordem:

- 1 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Glauber Braga (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE

